

AdP VALOR - Serviços Ambientais, S.A.

CONSULTA PRÉVIA

(2024_039PR)

**AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS PARA A SUBSTITUIÇÃO DE
TORNEIRAS E DUPLO BOTÃO NOS AUTOCLISMOS E
COLOCAÇÃO DE CONTADORES**

CADERNO DE ENCARGOS

MAIO DE 2024

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS	4
Cláusula 1ª Objeto	4
Cláusula 2ª Elementos do Contrato	4
Cláusula 3ª Prazo contratual	5
CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES DAS PARTES	5
SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO COCONTRANTE	5
Cláusula 4ª Obrigações do Cocontratante	5
Cláusula 5ª Local da prestação de serviços	6
Cláusula 6ª Visitas às instalações	6
Cláusula 7ª Entrega e instalação dos equipamentos	7
Cláusula 8ª Testes e ensaios de funcionamento	7
Cláusula 9ª Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias	7
Cláusula 10ª Aceitação dos bens e transferência da propriedade	8
Cláusula 11ª Garantia técnica	9
Cláusula 12ª Equipa a afetar à execução do contrato	9
Cláusula 13ª Dever de sigilo	10
Cláusula 14ª Tratamento de dados pessoais	10
Cláusula 15ª Conservação de dados pessoais	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 16ª Transferência de dados pessoais	Erro! Marcador não definido.
Cláusula 17ª Dever de cooperação	Erro! Marcador não definido.
SECÇÃO II OBRIGAÇÕES DA ADP VALOR	13
Cláusula 18ª Preço base	13
Cláusula 19ª Condições de pagamento	13
Cláusula 20ª Faturação	14
SECÇÃO III VICISSITUDES CONTRATUAIS	15
Cláusula 21ª Responsabilidade das partes	15
Cláusula 22ª Cessão da posição contratual e subcontratação pelo cocontratante	15
Cláusula 23ª Sanções contratuais	16
Cláusula 24ª Força maior	16
Cláusula 25ª Resolução por parte da AdP VALOR	18
Cláusula 26ª Resolução por parte do Cocontratante	18
Cláusula 27ª Seguros	18
SECÇÃO IV DISPOSIÇÕES FINAIS	19
Cláusula 28ª Deveres de informação	19
Cláusula 29ª Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato	19
Cláusula 30ª Comunicações	20
Cláusula 31ª Foro competente	20

Cláusula 32 ^a	Legislação aplicável	20
Cláusula 33 ^a	Contagem dos prazos	20
ANEXO I Caraterísticas técnicas dos equipamentos a fornecer e serviços a prestar		21
ANEXO II Modelo de auto de receção		22

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no Contrato a celebrar entre a AdP VALOR - Serviços Ambientais, S.A. (**AdP VALOR**) e o **Cocontratante** que tem por objeto a ***aquisição de bens e serviços para a substituição de Torneiras e duplo botão nos autoclismos e colocação de contadores***, identificados no **ANEXO I** ao presente caderno de encargos;

Cláusula 2ª

Elementos do Contrato

1. O Contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e respetivo anexo;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo **Cocontratante**.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela **AdP VALOR** nos termos previstos no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo **Cocontratante** nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º 1 da presente cláusula.

Cláusula 3ª

Prazo contratual

Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do seu termo, o contrato a celebrar é válido desde a data de celebração até à data de conclusão dos trabalhos.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRANTE

Cláusula 4ª

Obrigações do Cocontratante

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, constituem obrigações do **Cocontratante** prestar os seguintes serviços:
 - a) Fornecer os equipamentos e acessórios necessários à substituição de torneiras e duplo botão nos autoclismos, em estado novo, procedendo à instalação dos mesmos em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, de acordo com as especificações previstas no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante;
 - b) Fornecer 10 contadores mecânicos em estado novo, procedendo à instalação dos mesmos em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, de acordo com as especificações previstas no **ANEXO I** ao presente Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante;
 - c) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais, de segurança e ambientais exigidos para os equipamentos a fornecer e para a realização dos trabalhos, tal como previstos no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável;
 - d) Assegurar o adequado encaminhamento a destino final de todos os resíduos produzidos (incluindo os equipamentos retirados / a substituir), em cumprimento de todas as disposições legais aplicáveis;
 - e) Os fornecimentos de bens e a realização de trabalhos devem ser realizados durante o horário normal de trabalho (2.ª a 6.ª feira, dias úteis, das 09h00 às 18h00);
 - f) Entregar à **AdP VALOR**, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a conclusão do fornecimento e instalação toda a documentação legal, incluindo as especificações técnicas e documentação de segurança dos equipamentos;

- g) Proceder à limpeza necessária para restabelecer as condições existentes no local de instalação dos equipamentos, anteriormente à execução dos trabalhos de instalação;
- h) Assumir a responsabilidade por eventuais danos causados nos equipamentos e outros bens existentes nas instalações da Entidade **AdP VALOR**, resultantes das atividades inerentes ao fornecimento e instalação dos equipamentos;
- i) Comparecer a todas as reuniões de trabalho agendadas pela **AdP VALOR**;
- j) Recorrer a todos os meios humanos que sejam necessários e adequados à execução do Contrato, em salvaguarda das disposições legais aplicáveis;
- k) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do Contrato, sem prévia autorização da **AdP VALOR**;
- l) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato e relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para a execução do contrato;

Cláusula 5ª

Local da prestação de serviços

1. O fornecimento e a instalação dos equipamentos serão efetuados na sede da **AdP VALOR**, sita na Rua Visconde Seabra, 3, 1700-421 Lisboa.
2. Os contadores ficarão localizados na sala técnica existente no piso 0 do edifício, junto o contador totalizador da EPAL e permitirão monitorizar os consumos de: Loja, Piso 0, Piso 1 Poente, Piso 1 Nascente, Piso 2/3 Poente, Piso 2/3 Nascente, Piso 4, Piso 5, serviços comuns e lavagem.

Cláusula 6ª

Visitas às instalações

O **Cocontratante** poderá visitar o edifício, em data e hora a acordar com a **AdP VALOR** para análise dos equipamentos atualmente instalados e consulta de documentos e meios / fornecimentos que considere necessários para o adequado dimensionamento da presente prestação.

Cláusula 7ª

Entrega e instalação dos equipamentos

1. O fornecimento dos equipamentos e respetivos serviços identificados no **ANEXO I** ao presente caderno de encargos deve estar concluída no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias após a data de celebração do contrato.
2. A entrega dos equipamentos e a respetiva instalação devem ser realizadas em dia e hora a fixar por acordo entre a **AdP VALOR** e o **Cocontratante**.
3. Todas as despesas e custos com o transporte dos equipamentos necessários à execução do contrato, assim como com a utilização de meios para elevação de equipamentos e materiais para a cobertura do edifício e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do **Cocontratante**.

Cláusula 8ª

Testes e ensaios de funcionamento

1. Todos os equipamentos a instalar, identificados no **ANEXO I** ao presente caderno de encargos, devem ser sujeitos a testes e ensaios de funcionamento, no sentido de comprovar que os mesmos se encontram aptos a satisfazer as condições técnicas e legais aplicáveis, bem como a garantir o bom funcionamento dos mesmos.
2. O gestor do contrato designado pela **AdP VALOR** ou outro elemento a designar para o efeito podem assistir à realização dos testes e ensaios de funcionamento previstos no número anterior.
3. A logística e os custos inerentes à realização dos testes de e ensaios de funcionamento são da responsabilidade do **Cocontratante**.
4. O **Cocontratante** deve fornecer, com a conclusão do fornecimento e trabalhos, os respetivos programas de testes e as fichas de registo associadas.

Cláusula 9ª

Inoperacionalidade, defeitos ou discrepâncias

1. No caso de os testes previstos na cláusula anterior não comprovarem a total operacionalidade dos equipamentos, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no

ANEXO I do presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, a **AdP VALOR** deve informar, por escrito, o **Cocontratante**.

2. No caso previsto no número anterior, o **Cocontratante** deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela **AdP VALOR**, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos equipamentos e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
3. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo **Cocontratante**, no prazo respetivo, a **AdP VALOR** procede a nova análise, nos termos da cláusula anterior.
4. A retificação das anomalias detetadas, bem como todos os encargos que advenham dessa situação são da exclusiva responsabilidade do **Cocontratante**.
5. A recusa dos equipamentos nos termos da presente cláusula não confere ao **Cocontratante** o direito a qualquer indemnização.
6. A recusa dos equipamentos por parte da **AdP VALOR** pode conferir-lhe o direito a ser indemnizada pelos custos incorridos e pelos prejuízos comprovadamente sofridos.

Cláusula 10ª

Aceitação dos bens e transferência da propriedade

1. Caso os testes a que se refere a Cláusula 8.ª comprovem a total operacionalidade dos equipamentos, bem como o seu funcionamento e conformidade com as exigências legais, e não sejam detetados quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do final dos testes, deve ser assinado um auto de receção subscrito pelos representantes do **Cocontratante** e da **AdP VALOR**, nos termos da minuta que constitui o **ANEXO II** ao presente Caderno de Encargos e que dele faz parte integrante.
2. A assinatura do auto de receção representa uma declaração de aceitação dos bens e sua instalação por parte da **AdP VALOR**, determinando a transferência da posse e da propriedade dos bens para a mesma, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o **Cocontratante**.
3. A assinatura do auto a que se refere o n.º 1 não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente caderno de encargos.

Cláusula 11ª

Garantia técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias conexas, o **Cocontratante** garante os bens objeto do contrato, pelo prazo de 3 (três) anos a contar da entrega dos mesmos, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. A garantia abrange:
 - a) O fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes em falta;
 - b) A desmontagem de peças, componentes ou bens defeituosos;
 - c) A reparação ou a substituição das peças, componentes ou bens defeituosos;
 - d) O fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens reparados ou substituídos;
 - e) O transporte dos bens ou das peças ou componentes defeituosos para o local da sua reparação ou substituição e a devolução daqueles bens ou a entrega das peças ou componentes em falta, reparados ou substituídos;
 - f) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;
 - g) A mão-de-obra.
3. A reparação ou substituição de equipamentos prevista na presente cláusula será iniciada imediatamente após notificação do **Cocontratante** pela **AdP VALOR** e realizada dentro de um prazo razoável fixado pela mesma e sem grave inconveniente para esta última, tendo em conta a natureza do bem e o fim a que o mesmo se destina.
4. Com a conclusão do fornecimento de bens e a realização dos trabalhos respeitantes à execução do contrato, o **Cocontratante** deve disponibilizar à **AdP VALOR** toda a informação que considere relevante no contexto da aplicação da presente cláusula.

Cláusula 12ª

Equipa a afetar à execução do contrato

1. O **Cocontratante** deve afetar à execução dos serviços objeto do contrato uma equipa com formação e experiência profissional adequadas à boa execução das tarefas a realizar e cumprimento de todos os requisitos previstos no presente Caderno de Encargos e na legislação

aplicável.

2. No cumprimento da sua função, os elementos afetos pelo **Cocontratante** têm de se apresentar devidamente equipados e identificados.
3. Durante a execução do contrato a **AdP VALOR** pode solicitar ao **Cocontratante** a substituição dos elementos da equipa afeta ao contrato, mediante decisão justificada e comunicada com uma antecedência de 5 (*cinco*) dias em relação à data de produção de efeitos da substituição.
4. Caso, por motivo devidamente justificado e aceite pela **AdP VALOR**, o **Cocontratante** tenha que designar outro elemento não identificado na sua proposta, deve a designação ser instruída com informação relativa à sua formação e à sua experiência profissional, conforme os requisitos referidos na presente cláusula.

Cláusula 13ª

Dever de sigilo

1. O **Cocontratante** obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à **AdP VALOR** ou outras empresas do Grupo AdP de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do Contrato.
2. O **Cocontratante** obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do Contrato.
3. O **Cocontratante** obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do Contrato e que a **AdP VALOR** lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (*dois*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do Contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 14ª

Tratamento de dados pessoais

1. O **Cocontratante** compromete-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), e demais legislação que lhe seja aplicável em

matéria de dados pessoais, durante a vigência do Contrato, e sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela **AdP VALOR**, única e exclusivamente para as finalidades previstas no Contrato, na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do Contrato;
- b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
- c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a **AdP VALOR** esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- d) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao **Cocontratante**, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o **Cocontratante** e o referido colaborador;
- e) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- f) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da **AdP VALOR**, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- g) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
- h) Prestar à **AdP VALOR**, ou a qualquer outra empresa do Grupo AdP, mediante solicitação, toda a cooperação de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do Contrato, aos titulares dos dados ou na sequência de avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados;
- i) Manter a **AdP VALOR** informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;

- j) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela **AdP VALOR** ao abrigo do Contrato, exceto quando para tal tenha autorização prévia expressa, por escrito, ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
 - k) O **Cocontratante** deve apagar ou devolver (de acordo com as instruções dadas pela entidade adjudicante) todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionada com o tratamento, apagando as cópias existentes, e sempre em prazo não superior a 1 (um) ano após a cessação do Contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento, salvo se a conservação dos dados for exigida ao abrigo do direito da União Europeia ou da lei nacional;
 - l) Prestar a assistência necessária à **AdP VALOR** no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;
 - m) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33.º do RGPD;
 - n) O **Cocontratante** não pode subcontratar o serviço relativamente ao qual é estabelecido o presente Contrato, nem o tratamento de dados pessoais de titulares da **AdP VALOR**, sem a prévia autorização desta, dada por escrito;
 - o) O **Cocontratante** será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, obrigando-se a ressarcir a **AdP VALOR**, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenham incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
2. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do **Cocontratante** e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do mesmo é fundamento de resolução do presente Contrato com justa causa pela **AdP VALOR**, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.
3. Os dados pessoais a tratar no âmbito do presente Contrato são identificados no Acordo de Tratamento de Dados Pessoais a celebrar entre as Partes, na data da outorga do Contrato, nos termos do artigo 28.º do RGPD, que o **Cocontratante** se obriga a assinar, sendo considerado, para todos os efeitos, anexo ao Contrato celebrado e parte integrante do mesmo.

SECÇÃO II
OBRIGAÇÕES DA ADP VALOR

Cláusula 15ª

Preço base

1. Pela aquisição dos bens e serviços objeto do Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a **AdP VALOR** deve pagar ao **Cocontratante** o preço constante na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço base global do procedimento é de € **15.000,00** (*quinze mil euros*) não incluindo o IVA à taxa legal em vigor, decomposto nos termos do número seguinte.
3. O preço referido no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à **AdP VALOR**, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento, elevação e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. O contrato a celebrar não está sujeito a revisão de preços.

Cláusula 16ª

Condições de pagamento

1. O preço contratual respeitante ao fornecimento e instalação dos equipamentos identificados no **ANEXO I** é pago numa única prestação, após a assinatura, pelas partes do auto de receção (**ANEXO II**).
2. As quantias devidas pela **AdP VALOR**, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
3. Em caso de discordância por parte da **AdP VALOR** quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar, por escrito, ao **Cocontratante**, os respetivos fundamentos, ficando o **Cocontratante** obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. A falta de pagamento dos valores contestados pela **AdP VALOR** não determina o vencimento de juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do **Cocontratante**, devendo, no entanto, a **AdP VALOR** proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitida e observado o disposto nos n.ºs 1 a 3, a fatura é paga através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo **Cocontratante**.
6. No caso de suspensão da execução do Contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao **Cocontratante** são automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 17ª

Faturação

1. A fatura a apresentar pelo **Cocontratante** à **AdP VALOR** deve conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve ser acompanhada da informação relativa aos fornecimentos/serviços previstos no presente Caderno de Encargos, realizados durante o período de faturação.
3. As faturas eletrónicas a emitir pelo **Cocontratante** devem ser enviadas para o Portal FE-AP, de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
4. Caso o **Cocontratante** não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/Paginas/spfin.aspx#maintab> .
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx#maintab1> .
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU .
5. As faturas eletrónicas devem cumprir o estabelecido na versão em vigor do documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.
6. No caso do **Cocontratante** ser uma micro, pequena ou média empresa a obrigação de emissão da faturação eletrónica produz efeitos somente após o decurso do período transitório a que se refere o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 30 de agosto.

SECÇÃO III

VICISSITUDES CONTRATUAIS

Cláusula 18ª

Responsabilidade das partes

Cada uma das partes deve cumprir pontualmente as obrigações emergentes do Contrato e responde perante a outra por quaisquer danos que resultem do incumprimento ou do cumprimento defeituoso dessas obrigações, nos termos do presente Caderno de Encargos e da lei, sem prejuízo do disposto nas cláusulas seguintes.

Cláusula 19ª

Cessão da posição contratual e subcontratação pelo cocontratante

1. Além das situações previstas no n.º 1 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos e salvo casos de força maior, não é permitida a cessão da posição contratual do **Cocontratante**, exceto em caso de autorização da **AdP VALOR**.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o **Cocontratante** deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. A **AdP VALOR** deve pronunciar-se sobre a proposta apresentada no prazo de 10 (dez) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, aquela não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento pelo cocontratante que reúna os pressupostos para a resolução do Contrato, a **AdP VALOR** pode determinar que este ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do Contrato, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do Código dos Contratos Públicos.
5. A subcontratação pelo **Cocontratante** depende de autorização da **AdP VALOR**, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20ª

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do Contrato, a **AdP VALOR** pode exigir do **Cocontratante** o pagamento de sanções contratuais, por cada incumprimento registado e em função da respetiva gravidade.
2. A **AdP VALOR** pode, designadamente, exigir do **Cocontratante** o pagamento de sanções contratuais nos seguintes termos:
 - a) Por cada dia de atraso, relativamente ao prazo fixado no n.º 1 da Cláusula 7.ª do presente Caderno de Encargos, a **AdP VALOR** pode aplicar uma sanção de valor correspondente até 0,5% do preço contratual;
 - b) Por cada dia de atraso, relativamente ao prazo fixado no n.º 2 da cláusula 9.ª do presente Caderno de Encargos, a **AdP VALOR** pode aplicar uma sanção de valor correspondente até 0,5 % do preço contratual.
3. Na determinação da gravidade do incumprimento, a **AdP VALOR** tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
4. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a **AdP VALOR** decida não proceder à resolução do Contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).
6. A **AdP VALOR** pode descontar o valor das sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula nos pagamentos devidos ao **Cocontratante**.

Cláusula 21ª

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao **Cocontratante**, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do Contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:

- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do Contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do Contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do **Cocontratante**, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do **Cocontratante** ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a **AdP VALOR** a resolver o Contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o cocontratante direito a qualquer indemnização.

Cláusula 22ª

Resolução por parte da AdP VALOR

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no artigo 333.º do Código dos Contratos Públicos, a **AdP VALOR** pode, a título sancionatório, resolver o Contrato no caso de o **Cocontratante** violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente em caso de atraso, total ou parcial, na entrega dos bens superiores a 10 (*dez*) dias ou declaração escrita de que o atraso excederá esse prazo.
2. Em caso de resolução do Contrato por incumprimento do **Cocontratante**, a **AdP VALOR** pode exigir-lhe uma sanção contratual até 20% (*vinte por cento*) do valor do Contrato.
3. Ao valor da sanção contratual prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo **Cocontratante** ao abrigo do n.º 1 da cláusula 20.ª, relativamente às prestações cujo incumprimento tenha determinado a resolução do Contrato.

Cláusula 23ª

Resolução por parte do Cocontratante

1. O **Cocontratante** pode resolver o Contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do Contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo **Cocontratante**, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do Contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 24ª

Seguros

1. É da responsabilidade do **Cocontratante** a cobertura, através de Contrato de seguro, dos seguintes riscos:
 - a) Acidente de trabalho;
 - b) Responsabilidade civil.

2. A **AdP VALOR** pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos Contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o **Cocontratante** prestá-la no prazo de 2 (*dois*) dias.

SECÇÃO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 25^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.

Cláusula 26^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato

1. A execução do Contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do Contrato designado pela **AdP VALOR**.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do Contrato pelo **Cocontratante**.
3. Caso o gestor do Contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do Contrato, comunica-os, de imediato, ao órgão competente da **AdP VALOR**, propondo em relatório fundamentado as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato não exime o **Cocontratante** de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

Cláusula 27ª

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do Contrato e sem prejuízo de poderem ser estipuladas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, quaisquer comunicações entre a **AdP VALOR** e o **Cocontratante** relativas ao Contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção dirigidas para o domicílio ou sede contratual identificados no Contrato ou para os endereços eletrónicos que venham a ser indicados no Contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada efetuada na data da respetiva expedição.
4. Qualquer alteração das informações de contacto prevista no Contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 28ª

Foro competente

Qualquer litígio emergente do Contrato a celebrar será dirimido no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 29ª

Legislação aplicável

O Contrato é regido pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 30ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I

Caraterísticas técnicas dos equipamentos a fornecer e respetiva montagem

O presente procedimento tem como objeto a substituição de torneiras de lavatório e das descargas dos autoclismos, bem como colocação de contadores no edifício sede do Grupo Águas de Portugal, e inclui todos os trabalhos necessários à montagem e regular funcionamento dos equipamentos identificados na seguinte tabela:

Artigo		Un.	Quant.
1	Fornecimento e montagem de torneira para lavatório temporizada, com função de misturadora de 2 fluxos (frio e quente), certificadas pela ANQIP, com categoria de classe A, A+ ou A++ (caudal médio de referência de 4 l/min) - tipo Sanitana ref. ^a S500 0590 2650 703 ou equivalente - incluindo trabalhos acessórios de desmontagem das torneiras existentes, fornecimento e montagem de vedantes, válvulas, anilhas e pernos de fixação e mangas flexíveis de ligação à tubagem existente (caso necessário).	un.	62
2	Fornecimento e montagem placa de comando de descarga de autoclismo frontal de interior, do tipo Geberit Sigma01, para dupla descarga, cromado mate, ref. ^a 115.770.46.5 ou equivalente, inclui o fornecimento do aro de fixação, 2 cavilhas de acionamento e 2 parafusos de comando e todos os trabalhos e materiais necessários ao seu regular funcionamento.	un.	14
3	Fornecimento e montagem de válvula de descarga dupla em autoclismo de exterior, do tipo 240, com duplo botão cromado, ref. ^a 136.916.21.1 da Geberit ou equivalente, incluindo todos os trabalhos e materiais necessários ao seu regular funcionamento.	un.	5
4	Fornecimento e montagem de válvula de enchimento por baixo de autoclismo exterior, série 340, ref. ^a 136.737.00.1 da Geberit ou equivalente, incluindo todos os trabalhos e materiais necessários ao seu regular funcionamento.	un.	5
5	Fornecimento e montagem de contadores mecânicos, incluindo todos os trabalhos e materiais necessários ao seu regular funcionamento.: - 7 contadores DN 15 mm; - 2 contadores DN 20 mm; - 1 contador DN 25 mm. Estes contadores deverão possibilitar, no futuro, serem equipados com sondas de impulsos digitais de modo a permitir a recolha de sinais de caudal por sistemas de monitorização.	un.	10

ANEXO II
Modelo de auto de receção

Ao dia [●] do mês de [●] do ano de 2024, nos termos e para os efeitos do disposto na cláusula 10.^a do Contrato de **Aquisição de bens e serviços para a substituição de torneiras e duplo botão nos autoclismos e colocação de contadores**, celebrado a [●] com o [●] declara-se que foi comprovado o fornecimento e instalação dos equipamentos objeto do referido Contrato, em conformidade com as exigências aplicáveis.

Em consequência, decidiu-se notificar o Cocontratante da respetiva aceitação, através do presente auto.

E nada mais havendo a tratar, foi lavrado o presente auto.

Representante do Cocontratante

Representante da AdP VALOR